

# **A Imprensa e a Câmara Municipal de São Paulo**

*Vera Chaia*

Professora do Departamento de Política da Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Este artigo tem como objetivo analisar o complexo relacionamento, entre a Imprensa e a Câmara Municipal de São Paulo, na atual Legislatura (1993-96).

A mídia, em particular a imprensa, desempenha um papel fundamental para a divulgação e o entendimento dos temas que farão parte da agenda política brasileira.

Tendo em vista a importância da imprensa, nas democracias contemporâneas e o poder que esta exerce na formação da opinião pública, pretende-se, através de sua cobertura jornalística, estudar a imagem que a imprensa constrói da Câmara Municipal, verificando como são divulgados os trabalhos do Legislativo municipal e ainda, como os vereadores encaram o papel exercido por esse meio de comunicação.

De modo geral a imprensa desqualifica o trabalho dos parlamentares e estes se queixam que a mídia, de modo geral, não abre espaço para que suas propostas sejam veiculadas e discutidas publicamente.

Revista de Ciências Humanas	Florianópolis	v. 13	n. 17 e 18	p. 67-81	1995
-----------------------------	---------------	-------	------------	----------	------

É claro que não se pode atribuir a imagem negativa dos políticos, somente, à imprensa pois alguns parlamentares, através de suas ações, se auto-reproduzem como uma classe política pouco apegada ao trabalho, preocupada mais com seus ganhos pessoais do que propriamente com o bem-estar da população. Dessa forma, o que se pretende, aqui, é pesquisar e analisar esta relação tensa e complexa entre a imprensa e os vereadores.

## **A Imprensa e o processo de democratização no Brasil**

Os meios de comunicação de massa, dentre estes a imprensa escrita, exercem um papel fundamental nas sociedades democráticas, pois, além de se constituírem em agentes/atores, são os formadores e o meio de expressão da opinião pública.

A formulação da agenda política é feita pela mídia e, no caso específico, pela imprensa. O poder da mídia está exatamente no de publicizar algum fato: “Publicizar ou não, eis então um dos momentos em que se instaura uma relação de poder: um poder da mídia para além das mensagens...Na verdade, ao tentar encarcerar e monopolizar o ato de publicizar, a mídia termina por instituir uma nova dimensão de sociabilidade” (Rubim, 1994, p. 35).

Vivemos em uma “sociedade mediática”, sociedades pós-industriais, em que as práticas sociais transformam-se porque existem meios: “...numa sociedade mediática, a comunicação não ocorre somente entre sujeitos, mas torna-se pública com a intermediação das mídias”(Matos, 1994, p.21). Portanto esta mediatização substitui e debilita os “referenciais sociopolíticos”.

A importância da imprensa, numa sociedade democrática, é um tema de pesquisa muito trabalhado, sendo que alguns pesquisadores têm procurado analisar o impacto que as matérias veiculadas, pela mídia, causam sobre os formadores de opinião, a elite e os políticos *policy-makers* – os que tomam decisões políticas.

Neste sentido, Antônio C. Rubim afirma que: “A mídia age no espaço particular, mais perto da mensagem, abarcando a política através de alguns dispositivos: o agendamento de assuntos como temas relevantes do momento político; a plasmação dos agentes/atores/personagens da política, sejam individualidades ou entes coletivos, pela via da moldagem de imagens sociais, inevitável e indispensável roupagem para o trânsito na dimensão pública; e, por fim, ao compor cenários políticos, a partir da síntese determinada entre temas e personagens. Temas, atores, cenário – em resumo, conformações atuais derivadas da publicização/desenho do político pela mídia” (Rubim, 1994, p.45).

Na verdade, para que a política se realize nas sociedades contemporâneas, é necessário que ela se torne pública, pois os acontecimentos políticos devem passar pelo impacto, pela mídia. Desta forma, a política deve se adequar às regras da mídia e, com isso, transforma-se, de certa maneira, em prisioneira dos meios de comunicação.

No caso específico do Brasil, país que vivenciou um regime autoritário durante 21 anos, como podemos avaliar o papel da imprensa no processo de redemocratização?

Na avaliação de Thomas Skidmore, a mídia teve um papel importante no processo de transição para a democracia na América Latina. Entretanto, para o autor, isto foi pouco estudado, pois os pesquisadores estão mais preocupados em analisar os aspectos tradicionais na política eleitoral, deixando de lado a discussão sobre a importância da mídia nesse processo de transição dos regimes autoritários para a democracia na América Latina, no momento em que propiciou a “disseminação da informação” e a “mobilização política”.

No artigo “Imprensa e Redemocratização no Brasil”, Celina Rabello Duarte comenta que o processo de liberalização da imprensa foi fundamental para viabilizar o projeto de abertura/distensão do regime político brasileiro, iniciado em 1974, no Governo de Ernesto Geisel. Esse projeto propiciaria a ampliação da capacidade de governar do Estado e o fortalecimento do

grupo de Geisel no poder: "Justamente por poder controlar indiretamente a imprensa, o Presidente Geisel sentiu-se tranqüilo para retirar a censura e iniciar por aí a implantação de seu projeto político de distensão gradual e segura" (Duarte, 1983, p.189). "... a liberalização da imprensa foi ainda uma forma de acabar com o monopólio militar sobre os meios de informação que atuam sobre a tomada de decisões do governo" (Duarte, 1983, p.194).

Os resultados da pesquisa realizada pelo sociólogo Adalberto Cardoso, denominada "Jornalistas: ética e democracia no exercício da profissão" (Revista Imprensa, jan/95), mostram que 85,4% dos jornalistas entrevistados culpam os políticos pela crise brasileira, seguidos pelos empresários (62,8%) e pelo próprio eleitorado (52,6%). No entanto, ao se relacionar ética e prática jornalística, os entrevistados, apesar de se mostrarem preocupados com a ética, afirmam que fazem de tudo para obter informações.

O Jornal da Tarde também publicou, em 1993, uma série de matérias sobre "Ética e Jornalismo". O jornalista Gilberto de Mello Kujawski afirmou, numa dessas matérias, que: "A imprensa vive, no mundo inteiro, um tremendo problema de consciência. Nascida como porta-voz da opinião pública, vende, originariamente, a imagem de um veículo imparcial, neutro, isento, a serviço das grandes causas democráticas, insubornável aos interesses menores de grupos e facções. Na prática, porém, a imprensa, justamente por se constituir no canal preferencial da opinião pública, experimenta-se como um poder quase incontestável...em vez de limitar-se a refletir docilmente a opinião pública, a imprensa começa a manipulá-la da forma mais unilateral possível" (JT, 01/04/93).

## **A Imprensa na Câmara Municipal**

Através dos levantamentos realizados nos arquivos da Câmara Municipal (1993-94), observa-se que as notícias veiculadas na imprensa reforçam uma imagem negativa dos políticos,

dos partidos e do Legislativo. A maioria das notícias divulgadas ressalta fatos pitorescos ou irregularidades ocorridas na Câmara Municipal, como o caso que envolveu a compra de carros novos para os vereadores e a despesa desnecessária feita com a reforma dos gabinetes dos parlamentares. Os projetos e as iniciativas de maior relevância apresentados e discutidos pelos vereadores são esquecidos e raramente ganham destaque na imprensa. Em alguns casos, quando o vereador faz uma denúncia que atinge outros políticos ou aponta problemas da administração municipal, como contratação de assessores da Prefeitura sem concurso público, a notícia aparece e repercute nacionalmente.

Notícias como nepotismo, empreguismo, mordomias e clientelismos "... são todos elementos de uma mesma narrativa a respeito de desordens econômicas, políticas, e sobretudo morais, que se articulam na definição, ao menos, de uma agenda negativa, quer dizer, de tudo o que é preciso mudar na vida pública brasileira" (Lattman-Weltman, Carneiro e Ramos, 1994, p. 37).

**TABELA 1** – Composição da legislatura, na Câmara Municipal de São Paulo – 1996

<b>PARTIDOS</b>	<b>Número</b>	<b>(%)</b>
PPR	14	25,5
PT	11	20,0
PL	4	7,3
PTB	4	7,3
PV	1	1,8
PSB	2	3,6
PSDB	5	9,1
PMDB	12	21,8
PCdoB	2	3,6
<b>Total</b>	<b>55</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Folha da Tarde, 31/12/92.

O Prefeito Paulo Maluf detém a maioria na Câmara Municipal com o PPR, PL, PTB, PSB e parte do PMDB. A oposição ao prefeito agrupa o PT, PV, PSDB, PCdoB e uma minoria do PMDB.

## Arquivo da Câmara Municipal

Os jornais diários são lidos pela equipe de funcionários da Hemeroteca da Câmara Municipal. A partir de uma primeira leitura, é realizada a seleção das matérias que serão incorporadas ao Arquivo, na pasta referente ao assunto Câmara Municipal. As matérias selecionadas são dos jornais Folha da Tarde, Folha de S.Paulo (Família Frias), Diário Popular (ex-governador Orestes Quêrcia), O Estado de S.Paulo e Jornal da Tarde (Família Mesquita). A Folha de S.Paulo e o “Estadão” cobrem todos os eventos/fatos nacionais/internacionais e regionais, dispensando pouca atenção aos acontecimentos da cidade de São Paulo, embora possuam cadernos especiais como Cotidiano e Cidades respectivamente. Todas as matérias selecionadas pela equipe de funcionários da Câmara Municipal, que dizem respeito à Câmara Municipal, foram quantificadas, abrangendo os anos de 1993 e 1994:

**TABELA 2** – Matérias sobre a Câmara Municipal nos Jornais de São Paulo em 1993/94

Jornais	Número	(%)
Folha da Tarde	83	27,8
Folha de S.Paulo	50	16,8
Diário Popular	115	38,6
O Estado de S.Paulo	33	11,1
Jornal da Tarde	17	5,7
<b>Total</b>	<b>298</b>	<b>100,0</b>

O Diário Popular é o único jornal que mantém um repórter em tempo integral para cobrir as atividades da Câmara Municipal, fornecendo, segundo entrevista realizada com o repórter

Robson Luquêsi, informações para a Folha da Tarde, dentre outros. Tanto o Estado de S. Paulo como a Folha de S. Paulo mantêm repórteres para a cobertura das atividades do Executivo e do Legislativo municipal. Já o Jornal da Tarde reproduz, de forma diferente, as notícias veiculadas pelo “Estadão”. A partir deste levantamento, o material coletado foi organizado, para o propósito deste artigo, segundo os assuntos:

- a) crise política – os jornais publicam notícias que colocam em xeque a atuação e a lisura dos parlamentares que exercem mandatos no Legislativo municipal. Analisam o comportamento político e apresentam iniciativas parlamentares negativas. Os temas mais destacados são: corrupção, empreguismo, nepotismo, clientelismo, mordomias, críticas aos vereadores e ao funcionamento da Câmara Municipal, irregularidades e cooptação dos mesmos;
- b) discussão de projetos e leis – alguns projetos apresentados pelos vereadores são analisados de forma crítica pela imprensa; discussão de projetos encaminhados pelo Executivo, principalmente o do orçamento do município;
- c) relacionamento Executivo/Legislativo – bancada do Prefeito Maluf e cobranças de maior participação na gestão municipal; contatos com os partidos presentes na Câmara Municipal;
- d) notícias específicas da Câmara Municipal – reforma física da Câmara Municipal, que gerou inúmeras discussões sobre irregularidades e superfaturamento; dedetização de cupins e desratização, o que causou interpretações capciosas; composição da Câmara Municipal, funcionamento das comissões e escolha da presidência;
- e) sociedade civil – mobilizações contra o projeto de extensão da Avenida Brigadeiro Faria Lima (Movimento Vila Olímpia);

- f) avaliação dos trabalhos desenvolvidos na Câmara Municipal – a Folha da Tarde elaborou uma tabela com os nomes dos vereadores, o número de projetos apresentados e aprovados numa coluna denominada “Fique de Olho no seu Vereador”, com o intuito de acompanhar os trabalhos dos vereadores.

**TABELA 3** – Frequência das notícias segundo o conteúdo e sua divisão por temas

<b>Tema: crise política</b>	<b>Número</b>	<b>(%)</b>
Corrupção	22	22,2
Nepotismo	05	5,1
Clientelismo	04	4,0
Mordomias	33	33,3
Crítica aos vereadores	29	29,3
Irregularidades	06	6,1
<b>Total</b>	<b>99</b>	<b>100,0</b>

A seguir, apresenta-se uma seleção de manchetes referentes ao **tema crise política**, que serão analisadas de forma mais detalhada posteriormente:

- a) **corrupção** – superfaturamento das obras da C. M.: “Vereadores estão envolvidos, acusa a Câmara (esquema Pau-Brasil)” (FSP 19/07/93); “Reforma do prédio causa crise na Câmara” (FT 06/08/93);
- b) **nepotismo** – regionais ocupadas por indicação de vereadores situacionistas (indicação de parentes); nomeação de irmãos, mulher, netos e avó para chefias de gabinete e assessorias; “Vereador cede regional da Mooca a irmão” (FSP 07/01/93); “Vereador atende netos e nomeia ‘vovó’” (FT 12/01/93);
- c) **clientelismo** – aumento das gratificações; criação de cargos; exoneração de administradores regionais tendo como objetivo punir vereadores: “Vereadores só votam em troca de vantagens” (DP 09/06/93);



- d) **mordomias** – compra de carros novos para os vereadores; uso de carros para lazer; serviço médico e dentário exclusivo dos vereadores: “Vereador usa carro da Câmara para lazer” (FT 29/05/93);
- e) **crítica aos vereadores** – vereadores votam em troca de vantagens; feriados emendados; pirataria de projetos; briga entre vereadores e falta de decoro parlamentar; vereadores desconhecem projetos que votam: “Crise histórica impede votações na Câmara” (DP 04/03/94); “Ausência de vereadores impede sessão da Câmara” (DP 10/03/94); “Gritos e socos na sessão da Câmara” (DP 25/11/94);
- f) **irregularidades** – contratação de assessor “fantasma” (que não trabalha); uso de camioneta da C. M. para fazer mudança de vereador; votações irregulares: “Vereador contrata funcionário ‘fantasma’” (FSP 13/04/93); “Ex-diretor cassado recebe aposentadoria” (FSP 11/11/94).

**TABELA 4** – Frequência das notícias segundo o conteúdo e sua divisão por temas

<b>Tema: outros assuntos</b>	<b>Número</b>	<b>(%)</b>
Discussão de projetos e leis	30	13,5
Relacionamento Executivo/Legislativo	42	18,8
Notícias específicas da Câmara Municipal	22	9,9
Sociedade Civil	03	1,3
Avaliação do trabalho da Câmara Municipal	28	12,6
Formação de CPIs	79	35,4
Diversos	19	8,5
<b>Total</b>	<b>223</b>	<b>100,0</b>

Com o objetivo de realizar algumas comparações, foram cruzadas as frequências das notícias, segundo os temas, conforme pode-se observar na Tabela 5.

**TABELA 5** – Frequência das notícias segundo os temas

<b>Temas</b>	<b>Número</b>	<b>(%)</b>
Crise Política	99	30,7
Outros (6 itens)	223	69,3
Outros/projetos	30	13,5
<b>Total</b>	<b>322</b>	<b>100,0</b>

Do total de notícias publicadas sobre a Câmara Municipal, 30,7% referem-se à crise política – críticas aos vereadores – e 24,5% à formação de CPIs – fiscalização do poder público.

Matérias que apresentam os projetos discutidos e aprovados pelo Legislativo correspondem a apenas 13,5% do total. Mesmo assim, alguns projetos são ridicularizados, conforme matéria publicada no Jornal da Tarde, de 12/8/94: “O que seria de SP com essas leis – falida e exótica. Essa seria a cidade que sairia de projetos de alguns vereadores, se fossem aprovados”. Esta matéria relata as propostas apresentadas pelos vereadores:

- Proibição de velórios noturnos;
- Criação de zona de prostituição especial;
- Obrigatoriedade aos donos de cães de sair com sacos plásticos descartáveis para recolher as fezes de seus animais;
- Cardápio de restaurante com registro de calorias;
- Fabricação de armas de brinquedo com cores vivas e desenhos, o que coibiria assaltantes de usarem essas armas – “O que pensaria uma mulher ao ser estuprada sob ameaça de um revólver azul-claro, com cabo cheio de ursinhos” (projeto de Cosme Lopes do PPR);
- Instituição do Dia da Bolívia (Dalmo Pessoa do PMDB);
- Nomes de ruas.

## **Imagem construída pelos jornalistas que cobrem os trabalhos na Câmara Municipal e opinião dos vereadores sobre esse trabalho**

Através das entrevistas realizadas até o momento, a Câmara Municipal de São Paulo consegue espaço na imprensa somente em situações bem específicas: “No dia-a-dia dos jornais, as questões administrativas da cidade estão concorrendo com outras questões da cidade: trânsito, fatos policiais, comportamentais. Nós também achamos, muitas vezes, que a cobertura da Câmara fica escondida no noticiário, porque ela não produz mesmo, então a gente vê que há tempos a Câmara não vota nenhum projeto de interesse da cidade. Nós mesmos temos uma matéria mostrando que a Câmara tem diversos projetos importantíssimos para a cidade, mas por problemas políticos não são votados. Então nós achamos, por exemplo, que é um espaço muito nobre do jornal... a Câmara está produzindo muito pouco fato relevante que mereça ter ali uma notícia da Câmara em detrimento de uma outra coisa que está acontecendo na cidade, porque a rigor eles não estão produzindo políticas, projetos, e sem isso não faz sentido a gente dar espaço” (Roberto Gazzi – ESP – 17/8/92). Este relato traz uma crítica ao papel desempenhado pelos vereadores, que não são afeitos ao trabalho e pouco produzem para merecer espaço na imprensa.

Na avaliação da vereadora Aldaíza Sposati, “a cobertura da imprensa é péssima”. De fato, a cidade de São Paulo não tem cobertura pela imprensa. O espaço que a Folha de S. Paulo ou o ‘Estadão’, que seriam os jornais regionais, dão para a cidade é insignificante. O jornal que dá maior cobertura é o Diário Popular, que é lido por um determinado segmento da população, mas este não chega a ser formador de opinião pública. A ‘Folha’, que é um instrumento mais usado para a formação da opinião, não registra as questões que estão rolando, os debates, ela é altamente seletiva... Os jornalistas (que cobrem os trabalhos na Câmara Municipal) ficam dependentes de serem pautados. Só tem

notícia quando existe uma desgraça, quando tem ‘sangue’” (26/04/95).

Por outro lado, o periodista/repórter Robson Luquêsi, que cobre a Câmara Municipal há seis anos, afirma que a grande culpa da falta de notícias na imprensa é dos próprios vereadores que não produzem e, portanto, não têm o que apresentar: “Precisa ter o que divulgar, dos 55 vereadores da Câmara Municipal; poucos têm capacidade teórica, até mesmo prática, de discutir, com seriedade, o que está acontecendo” (27/04/95). Na avaliação do repórter, “a maioria que compõe a Câmara Municipal é nitidamente fisiológica, mantida pelo Prefeito Paulo Maluf”.

No caso específico do Diário Popular, comenta o repórter que “raramente o jornal me pauta para determinada coisa e mais raramente ainda determina o enfoque da matéria”.

Robson Luquêsi, diz criticamente, que: “Aqui, como em qualquer parlamento em época eleitoral, fica praticamente parado. Você que está atrás de informação fica, literalmente, caçando notícias. A sessão abre e é encerrada em seguida”.

Na realidade, deve-se levar em conta que o parlamento não funciona somente nas sessões em plenário. As reuniões das comissões de inquérito e de estudos realizam-se em outros horários, contribuindo para subsidiar o trabalho dos parlamentares. A imagem que a imprensa divulga é a de que vereador só trabalha em sessões e, quando estas não ocorrem, ele fica ocioso.

Na avaliação de Robson Luquêsi somente 5% dos vereadores trabalham, sendo que os outros limitam-se aos contatos com as “bases”, adotando práticas clientelísticas.

Numa pesquisa realizada por Marco Antonio Carvalho Teixeira sobre o “Voto e Clientelismo na Cidade de São Paulo”, que teve como objetivo analisar a relação voto/parlamentar e zonas eleitorais, o pesquisador detectou, dentre outras questões, que determinados parlamentares, identificados com a adoção de práticas clientelísticas, elogiam a imprensa local: “Todos, com exceção de Arselino Tatto, elogiam a atuação da imprensa local,

representada, principalmente, pelos jornais de bairro. Para Tatto (PT), esses veículos de comunicação são 'instrumentos de candidatos de direita'. Já Emílio Meneghini (PTB) chega a fazer, durante a entrevista, agradecimento público ao destaque que os jornais de Vila Formosa vêm dando ao seu mandato. 'Eles publicam até um simples requerimento que fizemos aqui na Câmara'. Wadih Mutran (PPR) considera importante e diz ter um bom espaço na imprensa local, mas fala que tem 'apenas relações comerciais, pois veicula anúncios de sua corretora de imóveis nesses órgãos'. Já Antonio Paiva (PL) é um entusiasta da atuação da Gazeta do Tatuapé, lembra até do nome de seu editor e faz elogios à imparcialidade do jornal, dizendo-se muito satisfeito com o espaço que tem conseguido. Oswaldo Gianotti (PPR) cita até o nome de Almir Guimarães, um vereador companheiro de sua bancada que é diretor da Gazeta do Ipiranga, mas diz ter um bom espaço e nunca percebeu que esse jornal tenha dado mais destaque ao referido vereador. José Viviane Ferraz (PL) e Guilherme Gianetti (PMDB) elogiam os jornais locais, mas dizem ter ligação com as publicações mais enquanto clientes que publicam mensagens de Natal e datas comemorativas do bairro ou religiosas. Se dizem também satisfeitos, pois quando estão legislando algo sobre o bairro eles divulgam" (Trabalho de Conclusão de Curso – Ciências Sociais/PUCSP/1994).

Essa pesquisa é muito interessante, na medida em que, na própria fala dos vereadores, fica explícito que eles somente conseguem espaço nos jornais de bairro porque pagam anúncios e, em troca, estes veiculam notas a respeito do trabalho que desenvolvem na Câmara Municipal.

## **Considerações**

A despeito de, a pesquisa, encontrar-se ainda em andamento, faltando concluir a coleta de dados referente ao período 1995-96, no arquivo da Câmara Municipal, além das entrevistas que deverão ser realizadas, é possível fazer algumas considerações preliminares:

- a) a imprensa exerce, efetivamente, poder no processo de seleção das matérias a serem veiculadas e no agendamento e publicização destas;
- b) através dos levantamentos realizados até o momento, pode-se afirmar que o Diário Popular é o jornal que mais divulga os trabalhos desenvolvidos pela Câmara Municipal (38,6%);
- c) os assuntos mais presentes na imprensa dizem respeito à crise política (corrupção, nepotismo, clientelismo, mordomias, crítica aos vereadores e irregularidades), correspondendo a 30,7%, enquanto a CPI (formação e discussão) envolve 24,5% das matérias.

Uma questão que precisa ser aprofundada é aquela referente às funções de uma Câmara Municipal. Na realidade, existem limites institucionais que os parlamentares não podem ultrapassar, pois certas atribuições são específicas do Poder Executivo. Mesmo quando o Legislativo instaura CPIs, visando fiscalizar o Executivo, a competência dos parlamentares limita-se a investigar as irregularidades e encaminhar os resultados ao Ministério Público, sendo que as punições são da competência do Poder Judiciário.

## Referências bibliográficas

- A Mídia e o Desenvolvimento da Democracia. São Paulo : Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1994.
- DUARTE, Celina Rabello. Imprensa e redemocratização no Brasil. *Dados Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v.26, n.2, 1983.
- LATTMAN-WELTMAN, F.; CARNERO, J. e RAMOS, P. *A Imprensa faz e desfaz um presidente*. Rio de Janeiro : Editora Nova Fronteira, 1994.
- MATOS, Heloiza (org.). *Mídia, eleições e democracia*. São Paulo : Editora Página Aberta Ltda/Scritta, 1994.
- REVISTA IMPRENSA, n. 88, ano VIII, Jan. 1995.
- SKIDMORE, Thomas (ed.). *Television, politics, and the transition to democracy in Latin America*. USA : Woodrow Wilson International Center for Scholars, 1993.